



137

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 330182-2

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0024398-73.1994.8.17.0001

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Juri

IMPETRANTES : Paulo César de Almeida Júnior e José Wellington Félix de Lima

PACIENTE : Valdeildo de Melo

PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PREVENTIVA. FRUSTADA A CITAÇÃO PESSOAL, POR NÃO HAVER O RÉU SIDO LOCALIZADO NO ENDEREÇO INDICADO NOS AUTOS. CITAÇÃO PELA VIA EDITALÍCIA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART.361 DO CPP. VALIDADE DO ATO CITATÓRIO. REVELIA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR, QUE ATUOU EM TODOS OS ATOS DO PROCESSO. DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO PARA O RÉU. INOCORRÊNCIA. NULIDADE POR FALTA OU DEFICIÊNCIA TÉCNICA DA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 523 DO STF. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO CONSTRITIVO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO LASTREADA EM CIRCUNSTÂNCIA CONCRETA CONSUBSTANCIADA NA CONDIÇÃO DE FORAGIDO QUE OSTENTA O PACIENTE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PARA SALVAGUARDAR A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. REVOGAÇÃO. INCABIMENTO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Restando frustada a tentativa de citar o réu pessoalmente, em face de o mesmo se encontrar em lugar incerto e não sabido, uma vez que exaurida todas as formas de localizá-lo, é de se considerar como válida a sua citação pela via editalícia, a teor do que prevê o art.361 e seguintes, do Código de Processo Penal.

II - Constatando-se que, no curso da instrução criminal, foram observados os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo o réu assistido por defensor em todos os atos do processo, não se há falar em ausência de defesa técnica, tampouco em deficiência técnica da defesa, quando não demonstrado efetivo prejuízo para o réu, como é o caso dos autos. Inteligência da Súmula 523/STF.

III – A prisão preventiva do paciente está respaldada na conveniência da instrução criminal e na garantia da aplicação da lei penal em face da fuga do agente do distrito da culpa, mormente em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

face de o mesmo permanecer na condição de foragido da Justiça há quase 20 anos. Inteligência da Súmula 89/TJPE e Precedentes do STJ.

IV – A primariedade, os bons antecedentes e a profissão definida, por si só, não ilidem a necessidade da custódia cautelar, quando restar devidamente demonstrada, *in concreto*, a sua necessidade, nos termos do art.312, do C.P.P. Precedentes do S.T.J.

V – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0330182-2** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23 de Março de 2014

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto



139

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: **330182-2**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **0024398-73.1994.8.17.0001**

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Júri

IMPETRANTES : Paulo César de Almeida Júnior e José Wellington Félix de Lima

PACIENTE : Valdeildo de Melo

PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

RELATÓRIO

Os beis. Paulo César de Almeida Júnior e José Wellington Félix de Lima impetraram ordem de Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **VALDEILDO DE MELO**, qualificado às fls.03, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direto da 2ª Vara Criminal Privativa do Tribunal do Júri da Comarca do Recife, neste Estado, perante o qual o paciente responde à ação penal nº **0024398-73.1994.8.17.0001**, como incurso nas sanções do art.121, *caput*, do Código Penal.

Em seu extenso arrazoado, os impetrantes pugnam pelo reconhecimento de que ocorreu vício de citação ou de que inexistiu defesa técnica, argumentando a ausência de citação válida^o paciente para responder aos termos da mencionada ação penal, o que ensejaria a **nulidade absoluta do processo** a partir do referido ato processual, fulminando todos os atos ulteriores, notadamente a sentença de pronúncia, por violação aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Além disso, os subscritores da peça de ingresso asseveram que o paciente é primário e de bons antecedentes, bem como são possuidores de residência fixa e ocupação lícita, fazendo jus ao benefício da liberdade provisória, inexistindo, por outro lado, qualquer circunstância concreta que justifique a decretação de sua **prisão preventiva**, razão pela qual não se vislumbra a necessidade do encarceramento dos apenados, antes que haja o trânsito em julgado da mencionada condenação.

A inicial veio instruída com os documentos de fls.13/97.

1



140

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Às fls. 104/105, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, relator originário do feito, indeferiu o provimento interino vindicado na atriál, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.113/114

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, mediante parecer de fls.127/131, da lavra da Dr^a. Adriana Fontes, manifestou-se pelo não conhecimento do pedido, relativamente à alegação de nulidade, e pela denegação da ordem, no pertinente à alegação de falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva.

Está feito o relatório.

Recife, 13 de Maio de 2014.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto





141

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: **330182-2**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **0024398-73.1994.8.17.0001**

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Júri

IMPETRANTES : Paulo César de Almeida Júnior e José Wellington
Félix de Lima

PACIENTE : Valdeildo de Melo

PROCURADORA : Dr^a. Adriana Fontes

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

VOTO

1. No respeitante à alegada nulidade absoluta, por falta de citação válida e de defesa técnica, cuido que o pleito mandamental não merece guarida.

Ao prestar as informações de praxe às fls.113/114, o Julgador da instância primária, Dr. Walmir Ferreira Leite, esclareceu que o paciente foi denunciado em **20/09/1994** como incurso nas sanções do art.121, *caput*, do Código Penal, sendo a denúncia recebida em **13/10/1994**, ocasião em que foi determinada a citação do denunciado, a qual não logrou êxito, conforme certidão negativa do meirinho (fls.46-verso), em face de que foi determinada a citação do réu pela via editalícia (fls.48-verso) e decretada sua revelia, com a consequente nomeação de defensor público.

Conforme emerge do informativo judicial, a alegação de ausência de citação válida não prospera, visto que, consoante se verifica da certidão expedida pelo oficial de justiça às fls.118, o réu não foi citado pessoalmente, porque não foi localizado no endereço constante dos autos, sendo dado como em lugar incerto e não sabido, em razão de que o MM. Juiz processante determinou a sua citação por edital, nos termos do que alude o art.361 e seguintes, do CPP, o que foi efetivado como se vê da publicação de fls.119.

Observo ainda que, em face de o paciente não atender ao chamamento processual, inobstante citado por edital, o MM. Juiz processante decretou sua revelia, nomeando-lhe defensor dativo, determinando ainda sua prisão preventiva, por considerá-lo fugitivo da Justiça.



142

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Além disso, o togado monocrático noticia que realizou audiência em **12/06/1995**, oportunidade em que ouviu todas as testemunhas arroladas na denúncia e, após o encerramento da instrução processual, proferiu sentença de pronúncia em **14/08/1995**, encontrando-se o feito paralisado aguardando a captura do acusado.

Vê-se, pois, inexistir qualquer mácula relativa à citação.

Melhor sorte não socorre aos impetrantes, quanto à alegação de falta de defesa técnica, como bem salientou a douta Procuradora de Justiça, em seu judicioso parecer de fls.127/131, quando salienta que a instrução criminal transcorreu regularmente, com a observância dos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Com efeito, considerando que durante toda a instrução processual o réu esteve assistido por defensor, que atuou oferecendo defesa prévia (fls.77) e participando da audiência de instrução e julgamento (fls.78/92), como também apresentando alegações finais (fls.87), não se há falar em ausência de defesa técnica.

Convém salientar, por pertinente, que não se há confundir eventual deficiência técnica por parte da defesa com a sua ausência, sendo certo que aquela somente enseja nulidade, quando efetivamente acarretar prejuízo para o réu, sendo, portanto, relativa, consoante entendimento sumular, a saber:

"No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu." (Súmula n.º 523/STF).

No caso, a defesa técnica atuou em todo o processo, não havendo a impetração trazido qualquer prova de que tenha ocorrido efetivo prejuízo para o réu em sua atuação.

Diante disso, não é possível declarar a nulidade do processo, nesta via angusta do *habeas corpus*, em virtude de a atual Defesa do acusado, tão somente, discordar da estratégia defensiva adotada pelo causídico que antes defendia o réu.

Isto posto, inacolho o pedido, nesse particular.



143

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

2. Quanto à alegação de ausência de motivação para a prisão preventiva e de existência de pressupostos para a liberdade provisória, de igual modo, não deve ser acolhido o pleito mandamental.

Cumpre registrar, de logo, que a impetração não veio acompanhada de cópia do decreto de prisão preventiva, o que, de per si, impediria conhecer do pedido, ante a impossibilidade de se saber dos fundamentos que dão lastro à decisão impugnada.

Consta das informações judiciais prestadas às fls.113/114, porém, que a custódia preventiva do acusado está fundamentada na necessidade de assegurar a efetiva aplicação de lei penal, considerando que o réu foi considerado revel, visto que fugiu do distrito da culpa logo após cometer o crime que lhe é imputado.

Consoante se extrai dos autos, constata-se que persiste a motivação fática que motivou a decretação da constrição cautelar, visto que o paciente permanece em lugar incerto e não sabido há quase 20 (vinte) anos, o que avulta à convicção acerca da sua condição de foragido da Justiça, circunstância que, a meu ver, revela-se suficiente para a manutenção da custódia cautelar decretada, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Sobre o tema, o Pretório Excelso tem decidido no sentido de que:

"É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a fuga do réu logo após o cometimento do crime e antes da decretação da prisão preventiva é motivo bastante para a medida constritiva, justificada pela conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal (...) Ordem denegada." (HC 96006, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, julgado em 03/02/2009, DJ-043 DIVULG 05-03-2009 PUBLIC 06-03-2009 EMENT VOL-02351-04 PP-00776)

No mesmo sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento, a saber:

"A liberdade do réu representaria risco concreto à aplicação da lei penal, pois evidenciada a sua intenção



144

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

de se furtar à incidência da norma punitiva com a fuga do distrito da culpa, o que é suficiente para obstar a revogação da custódia. Precedente. Ordem parcialmente conhecida e denegada.” (HC 51.464/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 09.10.2006 p. 321)

Aliás, esta Corte de Justiça já consolidou entendimento, no sentido de que:

“Súmula 89/ TJPE - A fuga do distrito de culpa constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva.”

Cumpre esclarecer que as condições pessoais favoráveis, ora referidas, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da medida constritiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar.

Nesse sentido, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

“Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido.” (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)

Isto posto, voto pela denegação da ordem.

É como voto.
Recife – PE,

13 de Maio de 2014

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto